



CARTA POLÍTICA

III ENA

ENCONTRO NACIONAL
DE AGROECOLOGIA

2014

JUAZEIRO (BA)

A Articulação Nacional de Agroecologia estimula aos leitores a livre circulação do texto aqui publicado. Sempre que for necessária a reprodução total ou parcial deste material, solicitamos que a "Carta Política do III ENA - Encontro Nacional de Agroecologia" seja citada como fonte.

Texto produzido coletivamente pelos participantes do III Encontro Nacional de Agroecologia em Juazeiro (BA), realizado entre 16 e 19 de maio de 2014.

Copidesque: Rosa L. Peralta

Revisão: Paulo Petersen e Flavia Londres

Coordenação editorial: Flavia Londres

Projeto gráfico, capa e diagramação: Roberta Rangé

Fotos: Imagens do Povo (Fabio Caffé e Francisco Valdean); Bernardo Vaz; Renato Cosentino, Roberta Rangé; Valter Campanato.

Tiragem: 10.000 exemplares



CARTA POLÍTICA

III ENA 2014

ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA JUAZEIRO (BA)

Realização: ANA - Articulação Nacional de Agroecologia

2014
Rio de Janeiro



Carta Política do III ENA

“Cuidar da Terra, Alimentar a Saúde e Cultivar o Futuro”. Esse foi o lema do III Encontro Nacional de Agroecologia (III ENA), que reuniu na cidade de Juazeiro (BA), entre os dias 16 e 19 de maio de 2014, mais de 2.100 pessoas vindas de todos os estados brasileiros. Durante o evento, fizeram-se representar trabalhadores e trabalhadoras do campo, portadores de diferentes identidades socioculturais – agricultores familiares, camponeses, extrativistas, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos, faxinalenses, agricultores urbanos, geraizeiros, sertanejos, vazanteiros, quebradeiras de coco, caatingueiros, criadores em fundos de pasto, seringueiros –, técnicos, professores, pesquisadores, extensionistas e estudantes, além de gestores públicos convidados. Nosso encontro foi marcado pela presença majoritária de trabalhadores e trabalhadoras rurais, mas também pela participação paritária entre homens e mulheres, bem como pela expressiva participação das juventudes.

Chegamos a Juazeiro após um amplo processo preparatório organizado em torno de 14 Caravanas Agroecológicas e Culturais que mobilizaram milhares de pessoas e possibilitaram o conhecimento e a análise de um conjunto variado de experiências agroecológicas desenvolvidas em territórios de todas as regiões brasileiras. Também foram organizadas caravanas das juventudes, encontros estaduais e seminários nacionais de mulheres e de comunicadores

populares que produziram documentos estruturados para dar respostas à pergunta central do III ENA:

“Por que interessa à sociedade apoiar a agroecologia?”

Tanto a fase preparatória como o próprio ENA trouxeram à tona claras evidências da abrangência nacional que a agroecologia assume hoje em todos os biomas brasileiros como referência para a construção de caminhos alternativos aos padrões atualmente dominantes de desenvolvimento rural impostos pelo agronegócio. São dezenas de milhares de trabalhadores e trabalhadoras do campo que, ao incorporar a proposta agroecológica, promovem a revalorização do diversificado patrimônio de saberes e práticas de gestão social dos bens comuns e a reafirmação da importância da produção de base familiar como provedora de alimentos para a sociedade.

Durante o III ENA, percebemos que a incorporação do enfoque agroecológico é também expressão da resistência da produção camponesa e familiar às crescentes pressões exercidas pela ocupação de seus territórios pelo agronegócio e pelos grandes projetos de infraestrutura e de exploração mineral. Na análise que realizamos sobre os conflitos territoriais que se intensificaram nos últimos 15 anos, com o favorecimento das políticas públicas à expansão do grande capital no campo,



constatamos que, ao resistir em seus lugares de vida e produção, a agricultura familiar camponesa e os povos tradicionais produzem respostas consistentes e diversificadas para críticas questões que desafiam o futuro de toda a sociedade.

Também foi possível identificar que o avanço do modelo hegemônico tem imposto o esvaziamento do campo, particularmente das juventudes e das mulheres jovens. Nesse contexto, a resistência da juventude se expressa por meio de sua crescente participação como sujeito político da agroecologia, o que se materializa na defesa de processos que assegurem a sucessão rural e a luta pelo direito ao acesso à terra, pela educação do campo e por políticas públicas de apoio à produção e à comercialização que, juntas, concorram para a realização dos projetos sociais e profissionais, conferindo autonomia às juventudes.

Fortalecidas nos processos de auto-organização e atuando em diversos movimentos e redes, as mulheres reunidas no III ENA reafirmam o lema “sem feminismo não há agroecologia”. Elas compreendem que a construção da agroecologia prima por uma visão ética de justiça social e ambiental, que pressupõe o compartilhamento do trabalho doméstico e de cuidados e da gestão da produção. A agroecologia é indissociável de uma vida sem violência, regida pelo respeito e pela igualdade, o que implica a garantia do direito das mulheres à plena participação na vida social e política

de suas comunidades, bem como a garantia de seu acesso à terra, à água, às sementes e às condições de produção e comercialização com autonomia e liberdade.

A perspectiva agroecológica é também crescentemente internalizada nas práticas de ensino, pesquisa e extensão a partir da ação convergente dos movimentos pela agroecologia com a militância de profissionais de instituições científico-acadêmicas. Ao mesmo tempo, consumidores individuais e/ou coletivamente organizados e institucionais buscam obter alimentos de qualidade em circuitos diferenciados de mercado. Em aliança direta com os produtores, constroem canais alternativos ao bloqueio das corporações do varejo alimentar, evidenciando que a percepção crítica à alimentação industrializada e seus efeitos deletérios sobre a sociedade também configura uma força social capaz de, a um só tempo, negar os produtos do agronegócio e nutrir as perspectivas de crescimento da produção agroecológica.

Vemos, portanto, que a constatação do papel positivo da agroecologia já não é exclusiva dos diferentes segmentos sociais e políticos que nos últimos 30 anos vêm construindo e defendendo o enfoque agroecológico para a expansão e a consolidação da agricultura familiar camponesa e dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Essa opção estratégica vem sendo cada vez mais compreendida e assumida por crescentes setores da sociedade



brasileira que encontram na agroecologia respostas concretas não só a desafios imediatos, a começar pela superação da miséria, como também à concretização dos anseios da população por uma alimentação saudável, pela saúde coletiva, pela conservação dos bens naturais e das paisagens rurais, pela preservação do patrimônio cultural e pela geração de trabalho associado à distribuição de renda, a relações de igualdade entre homens e mulheres e a oportunidades para jovens exercerem plenamente a cidadania política e econômica. Finalmente, cada vez mais setores e atores sociais começam a associar a agroecologia ao desenvolvimento de uma cultura de paz abrangendo as cidades, o campo, a floresta, o mar e os rios. Esses múltiplos benefícios têm proporcionado a convergência entre o movimento pela agroecologia e outros movimentos sociais que militam pela democratização e pela sustentabilidade da sociedade, por meio de suas lutas por soberania e segurança alimentar e nutricional, saúde coletiva, justiça ambiental, economia solidária e igualdade de gênero, geracional e étnica. O fortalecimento de alianças entre essas forças sociais tem criado condições para que as práticas e os atores responsáveis pela produção, distribuição e consumo de alimentos saudáveis tornem-se mais visíveis, rompendo progressivamente com o monopólio da comunicação imposto pela aliança entre o agronegócio e a grande mídia.



As experiências agrocológicas e o adensamento das forças sociais que as sustentam tornam cada vez mais evidente que o agronegócio constitui hoje o principal obstáculo para a efetivação da agroecologia como um projeto para a sociedade. Nossas análises não deixam dúvidas sobre a incompatibilidade da coexistência entre o modelo do agronegócio, baseado na violência e no autoritarismo sociocultural, técnico e ambiental, e a proposta agrocológica, fundada na eficiência econômica, na equidade social, no equilíbrio ambiental e na democratização do acesso aos bens comuns.

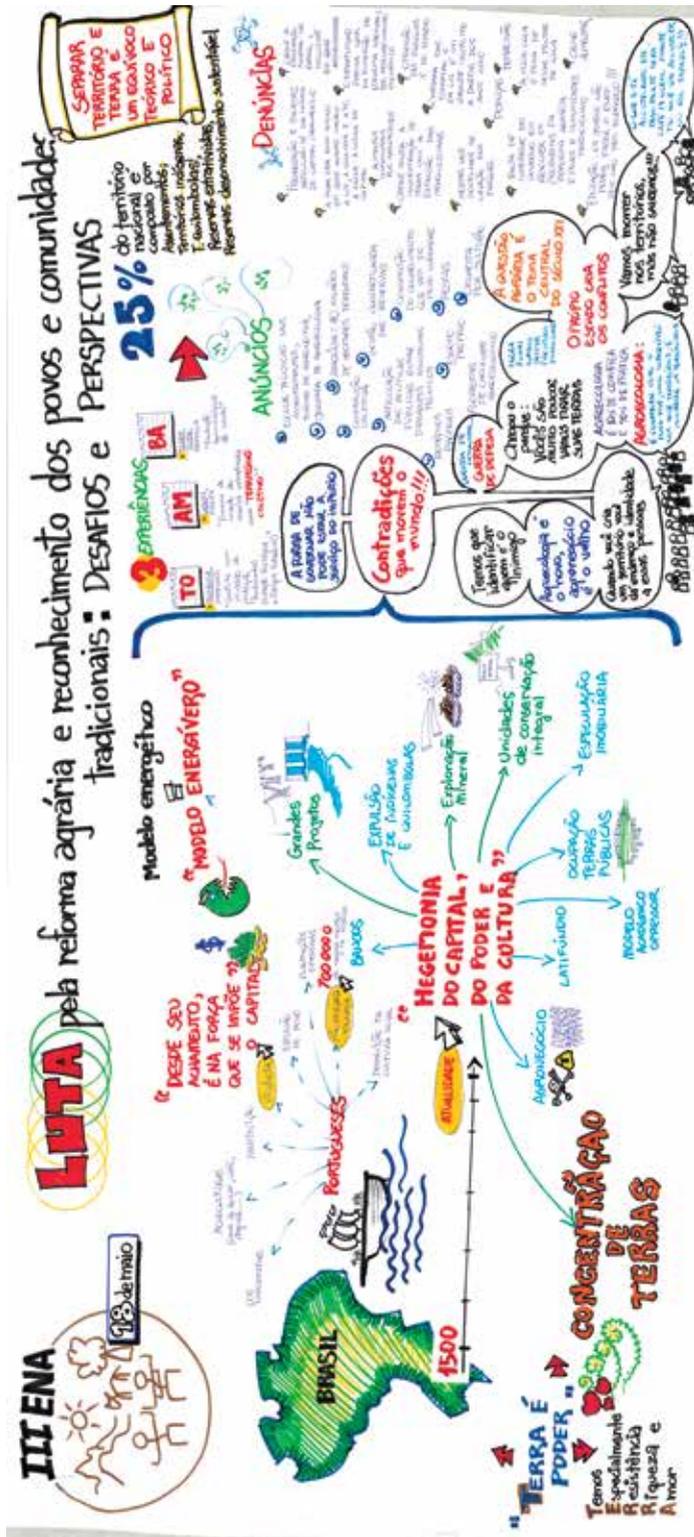


As caravanas territoriais e os depoimentos e debates ocorridos no III ENA reconheceram como uma grande conquista a criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo). Também foi considerado um avanço o caráter paritário da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo), que inaugura um canal institucional de diálogo entre o Estado e as organizações da sociedade civil em torno à permanente negociação política para o desenvolvimento rural. Foram consideradas igualmente positivas a iniciativa go-

vernamental para a promulgação da Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e o estabelecimento de novos formatos para a organização da Ater, abertos ao enfoque da agroecologia, reconhecendo o ativo papel que têm desempenhado as organizações da sociedade civil na promoção do desenvolvimento rural e democratizando o acesso delas aos recursos públicos, através de mecanismos transparentes de financiamento.

Por outro lado, nossos debates denunciaram veementemente a aliança entre o Estado brasileiro e as forças que sustentam e se beneficiam do modelo social e ambientalmente criminoso do agronegócio, cuja estratégia está voltada a subjugar os territórios e os povos que neles habitam aos interesses do grande capital industrial, financeiro e agrário. A interrupção dos assentamentos de reforma agrária e a ausência dessa agenda na Pnapo significam, para nós, uma expressão inequívoca dessa aliança e uma contradição em relação aos avanços no marco legal, uma vez que consideramos que não há agroecologia sem a democratização da terra pela reforma agrária e sem o reconhecimento dos territórios dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

A seguir, com base nos ensinamentos extraídos de nossos debates, apresentamos as conclusões e proposições relacionadas aos temas que mobilizaram o esforço coletivo de reflexão que fizemos durante o III ENA.



Facilitação gráfica: Ramon Teixeira

Reforma Agrária e Reconhecimento dos Territórios dos Povos e Comunidades Tradicionais

Nossos debates mostraram que a questão agrária mantém sua centralidade no século XXI. Na base das crises ambiental, energética e alimentar, estão as crescentes demandas e disputas por terra. A escassez de alimentos tem sido um argumento usado para justificar a busca desenfreada por matéria prima e terra. As mudanças no Código Florestal, o favorecimento às monoculturas – beneficiadas, inclusive, pela expansão dos perímetros irrigados –, o crescimento das áreas de mineração e a execução dos grandes projetos fazem parte dessa agroestratégia. Paradoxalmente, o discurso pela preservação ambiental também tem sido responsável pela intensificação sem precedentes dos conflitos socioambientais. A sobreposição de Unidades de Conservação de Proteção Integral e territórios de comunidades tradicionais tem levado à expulsão de populações, frequentemente sem fazer valer os mecanismos de consulta prévia e informada da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Torna-se, portanto, crucial o reconhecimento de que a preservação ambiental desses territórios está atrelada aos saberes e fazeres dessas populações em sua relação com a natureza. Por isso, defendemos a recategorização de Unidades de Conservação, garantindo seu uso sustentável com a presença das populações que lá vivem. O reconhecimento

dos territórios garante o endereço e confere identidade aos povos e comunidades tradicionais. O extrativismo praticado por essas populações, nos vários biomas, precisa ter seu papel efetivamente reconhecido, seja pelo seu potencial econômico, seja por sua importância para a promoção da segurança alimentar e nutricional e para a conservação da biodiversidade. A conquista histórica obtida pelo movimento dos extrativistas na Amazônia com a regulamentação da categoria das Reservas Extrativistas (Resex) precisa ser consolidada pela criação de novas Resex e pelo reconhecimento pelo Estado das formas coletivas de gestão compartilhada. Quanto aos povos indígenas, a sua atual situação de insegurança alimentar mostra a importância da regularização fundiária de seus territórios, agilizando os processos de demarcação e garantindo a proteção física dos mesmos, em articulação permanente com os movimentos indígenas e as lideranças de seus povos.

A luta pela Reforma Agrária continua. A desapropriação dos latifúndios se faz necessária para estancar a violência no campo e democratizar o acesso à terra aos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Defendemos um amplo programa de estímulo ao cooperativismo e à agroindustrialização associado à promoção da agroecologia nos assentamentos onde, frequentemente, as infraestruturas, as condições de escoamento da produção e os equipamentos de educação e cultura são incipientes. Também é importante reafirmar as conquistas de instrumentos que garantam a titulação conjunta da terra e a revisão dos títulos anteriores em que não conste a obrigatoriedade da titulação conjunta. No

caso dos títulos coletivos, as mulheres devem ser incluídas como associadas.

A afirmação de nossa socio-biodiversidade

As práticas de uso sustentável da biodiversidade típicas dos povos indígenas, das comunidades tradicionais e da agricultura familiar camponesa asseguram a conservação desses bens comuns de valor inestimável para o conjunto da sociedade. Os conhecimentos associados a essas práticas tradicionais são produzidos historicamente, a partir da interação entre as formas de manejo e os ecossistemas locais. Por isso, a garantia dos territórios é fundamental para a afirmação e o reconhecimento da sociobiodiversidade, expressa nas lutas e estratégias de resistência dos povos indígenas e comunidades tradicionais, como extrativistas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, gadeiras, vazanteiras, de fundos de pasto, caiçaras e outras. Ao reconhecermos os avanços alcançados no diálogo com o poder público, permanecem grandes problemas de implementação de propostas de políticas que considerem as especificidades de cada bioma e territórios etnoculturais do país.

Entre as conquistas para a sociobiodiversidade, destacam-se o reconhecimento e a criação de unidades de conservação de uso sustentável – notadamente as Resex e as

sociais e pesquisadores apontam para um acirramento das disputas por terra decorrentes da expansão das atividades intensivas no uso dos recursos naturais, como o agronegócio, a mineração, a exploração e o refino de petróleo, bem como a construção de infraestruturas, incluindo hidrelétricas, ferrovias, minerodutos e obras de grande envergadura, como a transposição do rio São Francisco. Tais disputas têm gerado processos de reordenamento normativo que acabam favorecendo o acesso irrestrito aos territórios ancestrais por parte desses setores econômicos, violando direitos territoriais, culturais e à saúde das comunidades tradicionais e camponesas. Diante desses conflitos, o Estado vem sistematicamente atuando como parceiro das corporações do agronegócio e dos grandes empreendimentos. As injustiças e conflitos ambientais provocados por esse modelo operam segundo um padrão recorrente, envolvendo: o uso violento da força policial; a intensificação de desapropriações compulsórias e reintegrações de posse; a flexibilização da legislação ambiental e de proteção dos direitos territoriais, através de processos de licenciamento ambiental favoráveis aos empreendedores; ameaças a indígenas e lideranças camponesas, inclusive mulheres, muitas vezes resultando em assassinatos; a criminalização dos povos tradicionais e camponeses, dos movimentos sociais e ambientalistas; a sistemática destruição de ecossistemas, solos, águas e biodiversidade, dentre outros mecanismos de violação e expropriação.



Diante desse cenário adverso, consideramos estratégica a ampliação da articulação entre movimentos sociais, redes, ONGs, entidades de classe e o conjunto da sociedade para fortalecer a autonomia, a organização e o respeito aos sujeitos políticos da agroecologia, potencializando suas iniciativas de resistência e de formulação de alternativas. Para isso, é fundamental a instituição de políticas e a efetivação de ações práticas que garantam a proteção dos direitos fundamentais das comunidades e povos atingidos. Cabe destacar o papel desempenhado pela Rede Brasileira de Justiça Ambiental e a criação de instrumentos político-pedagógicos como o Intermapas¹, sendo também estratégico pautar o tema dos conflitos e da defesa dos direitos no âmbito do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo).

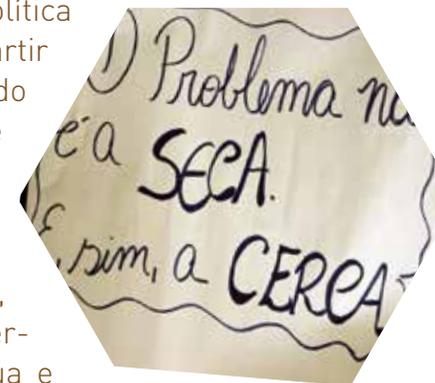
¹ O Intermapas é uma ferramenta alimentada por quatro iniciativas de mapeamento: Agroecologia em Rede, Farejador da Economia Solidária, Mapa da Injustiça Ambiental e Saúde e Mapa dos projetos financiados pelo BNDES. Para saber mais, acesse: <http://www.fbes.org.br/intermapas/>.

aos agrotóxicos e a destinação dos recursos arrecadados para o fortalecimento da agroecologia e a recuperação de ecossistemas degradados. Não aceitamos o relaxamento da legislação e tampouco o desmonte das instituições de regulação e controle dos agrotóxicos. São obrigações da Anvisa e do Ibama proteger a saúde da população e do ambiente. Precisamos reforçar em todas as oportunidades as bandeiras da agroecologia e do fim dos agrotóxicos. Isso implica brevar a expansão do agronegócio sobre os territórios da agricultura familiar, camponesa, indígena e quilombola, bem como a demarcação de zonas livres de agrotóxicos e transgênicos. Cobramos a imediata formulação e execução do Plano Nacional de Redução do Uso dos Agrotóxicos, iniciativa prevista no Planapo, que deverá articular medidas nos campos administrativo, fiscal e legislativo que efetivamente protejam o meio ambiente e a saúde da população e promovam alternativas técnicas já provadas no Brasil e em inúmeros outros países.



Acesso e gestão das águas

Analizamos os efeitos de uma nova política de irrigação no País, implantada a partir de 2011, com grandes investimentos do PAC 2 em mais de 193.000 hectares de terra. Concluímos que as estruturas produtivas baseadas nos perímetros irrigados, a exemplo da Chapada do Apodi e do Vale do Jaguaribe (CE), têm gerado inúmeros impactos adversos, tais como: concentração de água e terra, representando uma contrarreforma agrária; forte pressão sobre os aquíferos, extraindo água em volume superior à capacidade de recarga; contaminação do meio ambiente, com o uso intensivo de agrotóxicos, inclusive com pulverização aérea; degradação do patrimônio genético local, com a introdução de culturas exóticas e a desarticulação de modos de vida dos agricultores e agricultoras familiares; e abastecimento hídrico deficiente, já que a água que chega pelos canais não atende às necessidades da população.



Repudiamos ainda o apoio do Estado a atividades produtivas como o monocultivo do eucalipto, que requerem grandes volumes de água dos mananciais do subsolo, em detrimento das práticas agroecológicas que contribuem para a manutenção das reservas das águas e de sua qualidade. Cobramos urgente implementação de política pública voltada à proteção das reservas hídricas, que contemple es-

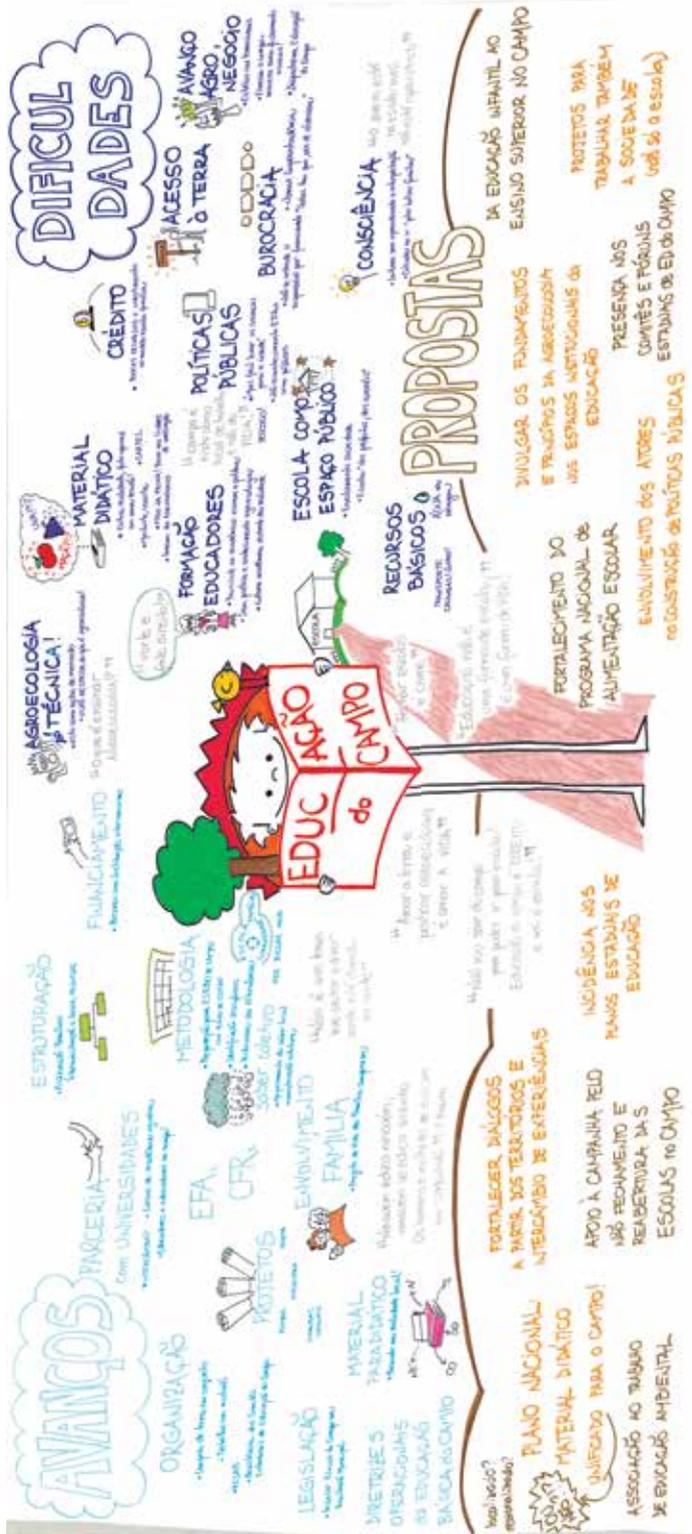
estratégias para garantir o abastecimento de água de qualidade e a revitalização de nossos rios, que estão morrendo. É necessário evitar a poluição das águas pelas descargas de esgotos domésticos, hospitalares e industriais, assim como pelo uso de agrotóxicos e demais contaminantes. Propomos também a ampliação de ações de gestão e estocagem de água para beber, produzir e demais usos domésticos, a exemplo do P1MC e P1+2 no semiárido, bem como o desenvolvimento de tecnologias sociais adaptadas às características de cada bioma, com a participação ativa das mulheres, de forma a diminuir a sobrecarga de trabalho feminino.

Articulação ensino, pesquisa e ater

As práticas de ensino, a pesquisa agrícola e a assistência técnica e extensão rural (Ater) permanecem majoritariamente pautadas pela racionalidade produtiva do agronegócio e orientadas pelo difusionismo tecnológico. Por essa razão, continuam pouco contextualizadas às realidades socioambientais em que estão inseridas, contribuindo para a subordinação da agricultura familiar camponesa à lógica do modelo hegemônico regido pelo capital.

A ampliação da escala das experiências agroecológicas passa, necessariamente, por uma mudança de enfoque que procure articulá-las entre si por meio da conformação de redes territoriais de construção do conhecimento

agroecológico. Essa mudança de enfoque implica, em primeiro lugar, o reconhecimento e a valorização do protagonismo da agricultura familiar camponesa e das populações tradicionais e suas organizações nos processos de produção e socialização de conhecimentos. Esse protagonismo é exercido nos territórios rurais, ou seja, nos lugares onde as populações vivem e produzem em íntima interação com a natureza e com a sociedade do entorno e onde são construídas identidades coletivas a partir das relações de cooperação. Por essa razão, é indispensável que os instrumentos de política pública, especialmente aqueles no âmbito da Pnapo, sejam aprimorados de forma a adotar a unidade territorial como referência para a articulação entre ensino, pesquisa e Ater. O governo deve garantir que a Cnapo se consolide como um espaço de proposição e controle social desses instrumentos de política. Nesse sentido, saudamos a conquista dos editais voltados à promoção da Ater com enfoque agroecológico, o apoio à criação dos núcleos de agroecologia, a criação de cursos formais de agroecologia em universidades e institutos federais de educação e o esforço da Embrapa de aproximar a pesquisa em agroecologia das dinâmicas de desenvolvimento rural em âmbito territorial. Mas é essencial que novos instrumentos sejam criados no sentido de articular essas diferentes iniciativas, por meio de redes interinstitucionais voltadas à produção do conhecimento agroecológico, tendo os territórios como unidade de referência.



Facilitação gráfica: Diego Cervino Lopez

Educação do campo



A luta da Educação do Campo é um exercício de valorização da cultura e da vida no campo e de enfrentamento do avanço do agronegócio. Manter escolas no campo, funcionando como espaços públicos a serviço dos povos que ali vivem, significa enfrentar dificuldades que envolvem as políticas públicas nas áreas de formação de educadores, acesso à terra e adequação dos currículos e dos materiais didáticos. Trata-se, essencialmente, de promover uma visão do campo como espaço de vida e riqueza, e não das ausências. Essa é a luta dos movimentos sociais do campo que, por meio de sua *práxis* histórica, fortalecem processos organizativos, influenciando políticas para a educação (a exemplo da formulação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo), construindo parcerias com universidades, executando projetos, elaborando materiais paradigmáticos, consolidando uma concepção de educação fundamentada em alternâncias educativas voltadas à geração coletiva dos saberes. Na perspectiva de fortalecimento dessa luta, propomos:

Apoiar a campanha pelo não fechamento e pela reabertura das escolas do campo:

- Fortalecer os diálogos entre agroecologia e Educação do Campo, a partir dos territórios e dos Comitês e Fóruns Estaduais de Educação do Campo.

- Incorporar as propostas da Educação do Campo elencadas no Plano Nacional de Educação tanto na elaboração dos planos municipais e estaduais de educação como no âmbito da própria Pnapo.
- Regularizar e assegurar o pleno funcionamento das Casas Familiares Rurais².

Sementes da diversidade

As sementes crioulas são fruto de cuidadoso trabalho de seleção praticado por agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais. Em permanente processo de coevolução com as comunidades agrícolas, essas sementes não somente se adaptam às condições e práticas locais de manejo, como também atendem a grande diversidade de usos e preferências culturais, sendo fundamentais para o fortalecimento da agroecologia e para a autonomia das famílias agricultoras. É urgente que os governos federal, estaduais e municipais reconheçam, valorizem, disseminem e fortaleçam as dinâmicas comunitárias e regionais de conservação da agrobiodiversidade, incluindo as ações de resgate, guarda, avaliação, multiplicação, intercâmbio, comercialização e uso de sementes crioulas. Programas e políticas públicas não devem promover a distribuição em larga escala de poucas variedades de sementes comerciais entre agricultores familiares e comunidades tradicionais. Devem valorizar especialmente a diversidade de espécies

² As Casas Familiares Rurais são espaços destinados à formação de jovens do meio rural através da Pedagogia da Alternância.



e variedades crioulas importantes para a segurança alimentar e nutricional, bem como o papel e o trabalho das guardiãs e guardiões de sementes.

Dinheiro público não deve ser usado para a compra de sementes transgênicas. Zonas livres de transgênicos devem ser criadas como estratégia para a conservação de recursos genéticos locais, especialmente nas áreas indígenas e quilombolas e em regiões de forte presença da agricultura familiar e de outras comunidades tradicionais. Os bancos de germoplasma públicos devem ser colocados a serviço dos agricultores familiares, povos indígenas e comunidades tradicionais, assim como o acesso aos materiais conservados *ex situ* deve ser democratizado.

Instituições públicas de pesquisa como a Embrapa devem formar e contratar pesquisadores para trabalhar com metodologias participativas e desenvolver programas de melhoramento genético participativo, levando em consideração critérios de seleção identificados pelas comunidades agricultoras. Instituições de ensino devem incluir discipli-

nas sobre manejo comunitário e conservação *in situ/on farm* dos recursos genéticos nos cursos técnicos e de agronomia. As redes e as parcerias entre ONGs, organizações de agricultores, instituições de Ater e instituições governamentais devem ser fortalecidas. O governo federal deve capacitar executores do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), gerentes de bancos, técnicos avaliadores do Seguro da Agricultura Familiar (Seaf) e outros gestores públicos a respeito das mudanças introduzidas na legislação de sementes a partir de 2003, de modo que não sejam impostas restrições indevidas à utilização de sementes crioulas por agricultores familiares. A Funai deve alinhar suas ações em Terras Indígenas com as diretrizes da Pnapo, visando a soberania dos índios sobre suas sementes. O Fundo Clima também deve avançar na perspectiva da valorização das sementes crioulas e do fortalecimento das estratégias comunitárias e regionais de conservação de recursos genéticos locais enquanto meios de adaptação aos efeitos das mudanças climáticas.

Rechaçamos iniciativas legislativas que imponham restrição ao livre uso das sementes crioulas, como o PL 2.325/2007, assim como repudiamos o PL 268/2007, que autoriza a produção e a comercialização de sementes transgênicas *terminator*, ou seja, aquelas portadoras de Tecnologias Genéticas de Restrição de Uso.



SEMINÁRIO TEMÁTICO

AGROECOLOGIA, ABASTECIMENTO, MERCADOS



Abastecimento e construção social de mercados

Um grupo reduzido de corporações domina hoje os sistemas de abastecimento alimentar, desestruturando as relações entre produtores e consumidores. A intensificação do processo de concentração corporativa no sistema agroalimentar acarreta a imposição de padrões homogêneos de produção e consumo, gerando impacto negativo sobre a nossa soberania e segurança alimentar e nutricional. Além disso, as políticas públicas de apoio às dinâmicas econômicas locais e regionais ainda são tímidas. Faltam infraestruturas para dar condições aos agricultores e agricultoras de construir suas estratégias de mercado. A esse limitado apoio público, agrega-se um conjunto de leis e normativas fiscais, sanitárias, territoriais, entre outras, que coloca crescentes obstáculos às iniciativas locais de comercialização, agregação de valor, transporte e circulação de produtos.

Em contraposição ao regime agroalimentar hegemônico, a perspectiva agroecológica de construção de mercados e de abastecimento de alimentos funda-se em princípios e práticas que favorecem a aproximação entre agricultores e consumidores, priorizando circuitos curtos de comercialização; a conservação e a valorização da agrobiodiversidade e das culturas alimentares regionais; o uso sustentável dos ecossistemas; a facilitação e a popularização do acesso aos produtos agroecológicos; o reconhecimento do pa-

Facilitação gráfica: Camilla Scramim Rigo

pel essencial do autoconsumo como prática da agricultura familiar e camponesa; e a contribuição estratégica das mulheres para o abastecimento alimentar.

Para colocar em prática esses fundamentos, as organizações da agricultura familiar e camponesa desenvolvem redes e circuitos de comercialização que articulam, em diferentes escalas – local, regional e nacional –, a solidariedade, o consumo responsável, a soberania e segurança alimentar e nutricional, aproximando a agroecologia da economia solidária. Como expressão dessa construção, destacamos as feiras agroecológicas, os grupos e redes de consumidores, a aliança entre o pequeno varejo e o tecido econômico local e as políticas públicas de abertura do mercado institucional para a agricultura familiar e camponesa, notadamente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

No entanto, particularmente no caso do PAA, contestamos as atuais alterações normativas



que tornam a execução do programa mais burocratizada e mais condicionada à intermediação de entes oficiais. Essas alterações põem em risco um dos maiores méritos do PAA, que é o de fortalecer o tecido social associativo, ao favorecer a articulação das organizações sociais como cogestoras e operadoras do programa, a exemplo do que ocorre de forma bem-sucedida no Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e no Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), executados pelas organizações vinculadas à Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA).

Ao mesmo tempo em que defendemos os princípios de gestão republicana do bem público, expressamos nosso repúdio às ações de abuso de poder da polícia federal e à criminalização das organizações sociais, bem como de lideranças de agricultores e agricultoras e gestores públicos acusados por supostas irregularidades na implementação do PAA. Os problemas identificados na execução do PAA derivam essencialmente da inadequação dos seus instrumentos de execução à grande diversidade de realidades e lógicas de produção e comercialização da agricultura familiar. A verificação de tais problemas, portanto, deveria resultar na criação de novos procedimentos administrativos que visem ao contínuo aprimoramento do Programa, sempre preservando a sua concepção original. Ao apontarmos esse caminho, reafirmamos nossa defesa dos executores do PAA que estão sendo injustamente criminalizados e questionamos a forma burocratizada com que o programa vem sendo reorientado.

Afirmamos a necessidade de o campo agroecológico fortalecer o debate sobre a questão sanitária e a qualidade dos alimentos, sendo fundamental a construção de alianças com os consumidores através de mercados locais e solidários. É preciso desencadear um processo democrático de construção de uma legislação e um sistema de inspeção sanitária específicos para a produção artesanal e familiar, que valorize e leve em conta a cultura e os saberes populares e que envolva, além dos técnicos e especialistas – em especial da saúde pública –, outros atores essenciais, como produtores, consumidores, movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Propomos, ainda, que seja retirada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) a competência para a regulação de bebidas e produtos agropecuários da agricultura familiar, com a imediata transferência da regulação sobre as polpas de fruta para a Anvisa.

Financiamento e agroecologia

A promoção da agroecologia e dos processos de transição agroecológica depende de instrumentos de políticas públicas voltados ao fomento e ao crédito. No entanto, as políticas de financiamento dos sistemas agroecológicos e dos processos de transição permanecem como grande desafio no âmbito do Planapo. O Pronaf Agroecologia, por exemplo, não pode cumprir esse objetivo enquanto reproduzir a lógica da produção agropecuária propugnada pelos agentes

financeiros e pela Ater tradicional. O reconhecimento dos sistemas agroecológicos na sua diversidade produtiva é essencial e requer a ruptura com os paradigmas dominantes na área da produção e do financiamento, que continuam referenciados segundo a lógica empresarial de gestão dos agroecossistemas.



As iniciativas de Fundos Rotativos Solidários e de construção das planilhas de custos, que orientem a implementação do crédito, devem ser fortalecidas e ampliadas, com a participação dos agricultores e agricultoras. O reconhecimento dos projetos e da organização produtiva das mulheres deve se traduzir em condições objetivas para o acesso a linhas de crédito e fomento que incluam os quintais produtivos e a produção para o autoconsumo, que se reverte em renda familiar.

Em nossos debates, jovens mulheres deixaram registradas suas dificuldades e ao mesmo tempo sua perseverança na busca de alternativas para o acesso a linhas de crédito e fomento que tornem possível a realização, com autonomia, de projetos de vida e de produção agroecológica. Suas lutas nesse sentido desafiam entraves de ordem institucional e vencem obstáculos socioculturais, reconfigurando as relações de gênero e geração no âmbito da família e da comunidade.

tas no Plansan e no Planapo, assim como apontam que a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) deve figurar como a instância articuladora da gestão de políticas públicas voltadas à agricultura urbana, inclusive as existentes em outros ministérios (Educação, Saúde, Cidades, Ciência e Tecnologia). Reafirmamos também que a agricultura urbana deve ser assumida como tema central pela Comissão Permanente de Produção e Abastecimento e Segurança Alimentar (CP3) do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).



Facilitação gráfica: Gui Neves



Comunicando um Brasil agroecológico

A comunicação é um direito fundamental que deve ser defendido para a efetivação da democracia em nosso País.

Precisamos enfrentar o perverso sistema de comunicação dominante, que legitima ideologicamente os padrões de desenvolvimento geradores de desigualdades sociais, de concentração de riquezas e dos meios de produção, bem como de destruição ambiental, que massacram nossa sociedade, em especial mulheres, jovens, negros e os povos e populações tradicionais. Nas discussões de política e economia, esses sujeitos políticos são frequentemente discriminados, só aparecendo por meio de imagens caricatas ou expressando uma beleza exótica, porém sem conteúdo. Esse sistema está alicerçado em um forte e imbricado setor da mídia nacional, umbilicalmente ligado ao grande capital e às forças mais conservadoras e reacionárias de nossa política.

Revelar os conflitos, as violações de direitos e as injustiças sociais e ambientais é condição fundamental para a construção de outro projeto de nação. Essa é uma das faces necessárias à comunicação para a radicalização da democracia em nosso País. O Brasil Agroecológico que queremos estará fundado em uma comunicação plural, dialógica, horizontal e em rede, modelo, aliás, já desenvolvido por inúmeras organizações, redes e movimentos que integram

a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). O intercâmbio e o fortalecimento dessas experiências, ampliando o escopo da comunicação que queremos, potencializam nossas ações e constroem novos espaços de trocas e saberes para o enfrentamento ao agro e ao hidronegócio. É nesse sentido que a efetivação do direito à comunicação também conduzirá à consolidação da agroecologia como o único modelo viável e sustentável para a agricultura brasileira.

Para concluir

Ao realizar o III ENA no Ano Internacional da Agricultura Familiar Camponesa e Indígena (2014), reafirmamos nosso compromisso e nossa disposição para lutar pela transformação da ordem dominante nos sistemas agroalimentares, apontando a agroecologia como a única alternativa contra a violência imposta pelo agronegócio e por outras expressões do grande capital sobre os territórios nos quais a agricultura familiar camponesa e os povos e comunidades tradicionais vivem e produzem historicamente para alimentar a nossa gente. O êxito do III ENA comprova que o Brasil Agroecológico que queremos é possível e emergirá numa sociedade organizada sobre bases democráticas e de respeito aos direitos da cidadania.

